

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.010 - RS (2019/0295647-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : MARI SIMONE GARCIA PINTO  
**ADVOGADOS** : ROBERTA MORAES DE VASCONCELOS - RS039686  
PÂMELA FERNANDES MARTINI - RS077094  
**AGRAVADO** : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA  
**ADVOGADO** : THIAGO MORAES BERTOLDI - RS064064

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de MARI SIMONE GARCIA PINTO contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*"APELAÇÕES CÍVEIS. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL.*

*Apelo da parte ré.*

*COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. Licitude da cobrança desde que pactuada e não cumulada com a correção monetária, juros remuneratórios, juros moratórios e multa. Súmulas n. 294 e 296 do STJ. Possibilidade de cobrança, porém vedada a cumulação com outros encargos de mora.*

*Apelo da parte autora.*

*Preliminar.*

*CERCEAMENTO DE DEFESA - PROVA PERICIAL.*

*Não configurado, tendo em vista que a realização de perícia contábil, antes da definição dos parâmetros a serem adotados no cálculo do débito, por meio do julgamento da revisão contratual, se apresenta inócua. Preliminar rejeitada.*

*JUROS REMUNERATÓRIOS. Possibilidade da cobrança de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, quando não comprovada a abusividade, como no caso dos autos. Súmula nº 382 do STJ.*

*CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. A capitalização de juros, em qualquer periodicidade, nas operações realizadas por instituições financeiras, é admissível, desde que expressamente pactuada, nos termos da Súmula n. 539 do STJ, bem como na hipótese da taxa de juros anuais ser superior ao duodécuplo das mensais. Súmula n. 541 do STJ.*

*TABELA PRICE. A amortização do débito pela Tabela Price é prática contrária a lei que regula a espécie. No ponto, apelo provido.*

*IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS. As partes podem convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Financeiras e de Crédito (IOF) por meio de financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais. Essa é a recente orientação do Superior Tribunal de Justiça, extraída do julgamento do REsp n. 1.251.331/RS TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO. Consoante atual entendimento do STJ, consolidado na Súmula nº 565, a pactuação da tarifa de abertura de crédito (TAC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador, é válida apenas nos contratos bancários anteriores ao início da vigência da Resolução do CMN nº 3.518/2007, em 30/4/2008. No caso concreto, não há nos instrumentos contratuais revisados a cobrança de tarifa de abertura de crédito, razão pela qual é improcedente o pedido no ponto.*

*COMPENSAÇÃO E REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Em respeito ao princípio que veda o enriquecimento sem causa, cabe a compensação e a repetição do indébito, de forma simples, diante da ausência de prova da má-fé da parte ré.*

*DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. Diante do reconhecimento da abusividade de um dos encargos exigidos no período da normalidade, resta descaracterizada a mora até o recálculo do débito.*

*DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. A cláusula que autoriza o desconto folha de pagamento é lícita. Porém, o reconhecimento de abusividade implica a necessidade de recálculo do débito e adequação dos descontos conforme os parâmetros definidos no julgado.*

*PRELIMINAR REJEITADA.*

*APELAÇÕES CÍVEIS PARCIALMENTE PROVIDAS." (e-STJ fl. 426/427)"*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl.465/477)

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos art. 489 e 1.022, do Código de Processo Civil, sustentando, em síntese, que o Órgão Julgador não apreciou as questões relativas à ausência de pactuação do financiamento do IOF (parcelamento automático) e foi contraditório ao concluir que não restou efetivamente demonstrada o caráter abusivo na taxa de juros remuneratórios e indeferir a prova pericial.

Contrarrazões ao recurso especial (e-STJ fl. 489/506)

É o relatório. Decido.

Da análise dos autos, verifica-se que o colendo Tribunal de origem, manifestou-se expressamente sobre o alegado cerceamento de defesa:

*"Alega a parte autora que teve cerceada a sua defesa, ao ser*

*indeferida "tacitamente", com o julgamento prematuro, a prova pericial solicitada.*

*Pretende a realização de perícia contábil para o fim de que sejam verificadas as ilegalidades das cobranças (taxas e encargos) aplicadas pela parte demandada, nos contratos em revisão, haja vista a exorbitância do valor por ela cobrado.*

*Tenho que não assiste razão à parte demandante.*

*Tendo em vista a aplicação das regras do Código de Defesa do Consumidor e os termos da contestação, se faz necessário, para o deslinde do feito, a revisão dos pactos que ensejaram o débito ora cobrado pela parte agravada, o que pode acarretar a alteração de parâmetros e, conseqüentemente, a modificação do valor do débito.*

*Ora, a realização de perícia contábil antes da definição dos parâmetros a serem adotados no cálculo do débito, por meio do julgamento da revisão contratual, é completamente inócua." (e-STJ fl. 435)*

Como visto, a Corte de origem concluiu pela desnecessidade da prova pericial, neste momento processual, tendo em vista que ainda se discutem os parâmetros para a elaboração do valor devido.

No que toca ao percentual dos juros, a Corte de origem expressamente analisou:

*Por outro lado, eventual abusividade no caso concreto pode determinar a revisão dos juros contratados com base na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), todavia, a limitação dos juros remuneratórios é medida excepcional, quando demonstrada que a taxa contratada apresenta significativa discrepância com a taxa média de mercado.*

*Tem entendido o STJ que, para a aferição da excessiva onerosidade dos juros remuneratórios, é necessária, apenas, o cotejamento da taxa contratada com a taxa média de mercado.*

*(...)*

*No caso dos autos, não restou efetivamente demonstrada a abusividade na taxa de juros remuneratórios, tendo em vista as taxas pactuadas comparadas às taxas médias praticadas no mercado (ainda que acrescida a margem tolerável de 30% sobre a taxa média), à época, para as operações da mesma espécie, conforme informação disponibilizada pelo BACEN no seu site, conforme tabela abaixo:*

*(...)*

*Assim, inexistindo abusividade, os juros remuneratórios não se encontram limitados em 12% ao ano, sendo lícita a cobrança dos*

*juros livremente pactuados.*  
(e-STJ fl. 438/439)

Neste ponto, vale frisar que não existe alegação de que o percentual cobrado seria distinto do que fora pactuado, tendo a recorrente se limitado a afirmar que o percentual cobrado é exorbitante, o que fora afastado pela Corte de origem, nos termos acima expostos.

Assim, não há que se falar em contradição por ter sido reconhecida a inexistência de abuso na taxa de juros pactuada e, ao mesmo tempo, indeferida a prova pericial.

Melhor sorte assiste à recorrente no que diz respeito à omissão sobre a ausência de pactuação do financiamento do IOF (parcelamento automático).

No ponto, alega a recorrente que a cobrança parcelada do IOF depende de autorização ou pactuação do consumidor, o que não houve no caso concreto e que a conduta do Réu em incluir de forma automática o IOF no financiamento implica em ônus excessivo, eis que sobre tal parcela igualmente incidem encargos.

A Corte de origem, ao analisar ao tema, limitou-se a reconhecer a possibilidade de parcelamento do IOF juntamente com as prestação do empréstimo, sem, contudo, demonstrar que, no caso concreto, houve pactuação neste sentido.

Com efeito, a eg. Corte de origem quedou-se inerte no exame de questão relevante para o deslinde da controvérsia e que, na via estreita do recurso especial, não poderia ser analisada de plano, mormente em razão da impossibilidade de incursão no acervo fático-probatório dos autos e de interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

Ademais, o conhecimento do recurso especial exige a manifestação da instância ordinária acerca da questão de direito suscitada. Recusando-se a Corte de origem a se manifestar sobre o tema federal, fica obstaculizado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a infringência ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, a fim de anular o v. acórdão recorrido para que seja suprida a omissão existente.

Confirmam-se, por oportuno, os seguintes precedentes:

***AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL -  
AÇÃO DE COBRANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE  
CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO***

*AO RECLAMO INTERPOSTO PELA PARTE ADVERSA QUANTO À NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AUTORA.*

*1. Embora o julgador não esteja obrigado a responder um a um dos argumentos sustentados pela parte postulante, ao fundamentar sua decisão, não deve se omitir acerca de pontos essenciais ao bom andamento do processo, sob pena de violar o art. 1022 do CPC/15.*

*1.1. Na hipótese, tendo o Tribunal a quo deixado de analisar questão imprescindível ao deslinde da controvérsia, adequada a determinação de retorno dos autos para o saneamento da omissão.*

*2. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1111044/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 03/09/2018)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1022 DO CPC DE 2015. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. O conhecimento do recurso especial exige a manifestação da Corte de Justiça acerca da tese de direito arguida. A recusa em pronunciar um juízo de valor a respeito da questão federal impede o acesso da parte interessada à instância especial. Assim, "caracterizado o vício da omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao art. 535 do CPC, anulando-se o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração e determinando-se o retorno dos autos à origem para que seja sanada a eiva apontada" (REsp n. 1.187.583/RS, Relator o Ministro Castro Meira, julgado em 6/5/2010, DJe 17/5/2010).*

*2. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1238907/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 27/06/2018)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, anulando-se o v. acórdão proferido em sede de embargos declaratórios e determinando-se, por conseguinte, que outro seja proferido e, assim, sanada a omissão aqui verificada.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator